

Aos três dias de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se o Conselho Pleno em reunião ordinária, por meio virtual da plataforma Google Meet, com a presença dos membros: Ana Rosa Vieira, Sandra Cardoso, Maria Elisa, Jean Carlos, Mariana, Walter José, Renato Andrade, Alcir Campos, Amália Daer, Eliana Teixeira, Gizelly Lisbôa, Maria Andréia, Fabiana Ramos, Aldo Fernandes, Renato Ribeiro, Silvia Bitencourt, Sílvia Lira, Ricardo Luz, Felipe Melo, Débora Fraga, Raíza Francisco, Cassiane Vitória e os(as) visitantes Thatiana Murilo, Laura Bertino, Gabriela Ferreira, . Iniciou-se a reunião com a apresentação de todos os membros, uma vez que alguns estavam em sua primeira reunião. Ao se apresentar, o Sr. Aldo, Cacique da Aldeia Sapukai, solicitou que seja implantada a educação municipal em sua aldeia. Após apresentação de todos os membros, o Secretário de Educação, Paulo Fortunato apresentou-se e disse que logo na primeira semana de janeiro fez questão de reunir-se com o presidente do Conselho Municipal de Educação, ocasião em que foi acertada a sua participação na primeira reunião do Pleno, que ora foi iniciada. Afirmou que em sua gestão a Secretaria de Educação trabalhará lado a lado com o Conselho Municipal de Educação (CME) e que na referida conversa o Presidente Luís Cláudio apresentou as dificuldades encontradas pelo Conselho e que limitam sua atuação. Disse que em função dessa conversa, algumas ações já estão em andamento. A primeira delas foi a realização de vistoria no local de funcionamento do CME pelo Secretário Executivo. Também já houve a disponibilização de veículo para uso exclusivo do Conselho, com motorista dedicado, que também atenderá Conselho de Alimentação Escolar (CAE); já conseguiu levar mais um equipamento de informática para utilização na sede e tem avançado as negociações à Superintendência de TI para atendimento de informática ao Conselho; além disso foi ratificada junto à Secretaria de Administração o pedido de estagiário para atendimento ao público e atendimento técnico ao conselho e suas câmaras: no caso da Câmara do Fundeb, um estagiário de Contabilidade e de Ensino Médio, na Câmara de Legislação e Normas, um de Direito e um de Ensino Médio, na Câmara de Educação Básica, um estagiário de Ensino Médio, no Protocolo, um agente administrativo e/ou estagiário de Administração. Destacou que a Secretaria, além de liberar o Presidente do CME, também liberou a Vice-Presidente do Conselho, com suas duas matrículas - uma para atuar como Vice-Presidente na Câmara de Educação Básica e outra como pedagoga na Assessoria da Câmara de Legislação e Normas. Afirmou que a Secretaria está trabalhando para auxiliar na superação das dificuldades e contribuir para a reestruturação do Conselho. Além disso, no Conselho de Alimentação Escolar está previsto um estagiário do Ensino Médio e um estagiário de Nutrição. Segundo ele, o passo seguinte será melhorar o atendimento com profissionais técnicos efetivos. Tudo isso compreendendo o protagonismo do Conselho Municipal de Educação. Após sua fala inicial, Luís encaminhou que fosse realizada uma rodada de perguntas dos Conselheiros ao Secretário. Ana Rosa iniciou falando que a Resolução Estadual Nº 5854 diz que o espaço na sala de aula deveria ser de um metro a um metro e meio de distância entre os estudantes, assim como também é orientado pela Fiocruz e Ministério da Educação, porém a Resolução Municipal de Angra dos Reis aponta que o distanciamento precisa ser de **um metro e meio**. Diante disso questiona por que a Resolução Municipal não seguiu os demais documentos citados, argumentando que o documento da Fiocruz é baseado em orientações da Organização Mundial de Saúde. A segunda pergunta da rodada foi realizada por Luis Cláudio, que solicitou esclarecimentos sobre a exoneração dos Auxiliares de Direção das escolas municipais, publicada em Boletim Oficial recente. Por sua vez, Sílvia Lira perguntou se seguiríamos a pauta determinada na reunião do Pleno ou se mudaríamos a proposta para esta reunião com o Secretário. Eliana encaminhou o fechamento desse primeiro bloco para

depois retomarmos a pauta indicada na reunião anterior do Pleno. Finalizando o bloco de perguntas, Fabiana Ramos perguntou ao Secretário como está o processo da escola quilombola, ressaltando a necessidade de que a Secretaria abra diálogo com o Fórum das Comunidades Tradicionais, no sentido de atender as demandas hoje existentes. Iniciando suas respostas, o Secretário disse que o atendimento às diferentes modalidades é uma preocupação da Secretaria de Educação, ressaltando que o Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis é muito bom e fica sobre sua mesa para consulta constante. Seu desejo é estruturar uma escola quilombola de qualidade, dialogando com quem faz a educação quilombola. Afirmou que já está em andamento a elaboração de projeto para captação de recursos do Governo Federal para a implantação da escola quilombola. Sobre a questão dos Auxiliares de Direção, explicou que hoje na educação municipal é possível observar duas curvas importantes: uma que sobe e outra que desce. Citou que um recorte feito entre os anos de 2017 e 2021 a rede passou de 628 turmas para 687, número que ainda aumentará, visto que há mais duas novas Unidades de Ensino para serem inauguradas. Por outro lado, disponíveis para regência de turmas havia 411 professores. A carência observada era de 276 turmas de Anos Iniciais sem professor(a), totalizando 8.280 alunos não atendidos. Destacou que mesmo diante da necessidade e importância da atuação dos Auxiliares de Direção, é importante observar esta realidade. Ressaltou que outro gráfico que também cresce é dos concursados em readaptação. Os processos de aposentadoria não param. Entre 2017 e 2021 a rede perdeu 198 professores concursados nestas situações, incluindo também falecimentos e exonerações, que não foram repostos. Ressaltou que os readaptados se constituem num grupo de profissionais de educação que estão impedidos da regência de turma mas possuem capacidade técnica que os permite atuarem em outros campos da estrutura da escola, como na função de Auxiliar a gestão escolar. Afirmou que neste momento, diante do quadro de carência, não seria possível abrir mão desses profissionais. Destacou que o clamor público legal e legítimo pela chamada do concurso público, que envolve o Ministério Público, CME, SEPE, SINSPMAR, e a própria mídia formal e informal, além das associações de pais e conselhos de escola, é também do Secretário de Educação e do Prefeito. Em função disso, já está em andamento a chamada de 196 docentes I, para posse e atuação em nossas unidades escolares. Afirmou que nos Anos Finais observa-se o mesmo sentido de gráfico, porém o nível de carência é menor: 1.450 tempos de aula, com 89 professores para atender. O concurso para este segmento atendeu apenas ao componente curricular de Artes, os quais estão sendo convocados. Não será possível atender aos demais componentes por não haver banco de reserva. Outro fator que chama atenção, segundo o Secretário, é que há profissionais afastados da sala de aula por autorização do Executivo, dada a partir do disposto no artigo 49 da Lei 082, porém afirmou que tais profissionais não estão sendo convocados para assumirem regência de turma. Destacou que assim como saíram os Auxiliares de Direção da escola, também saíram professores da Secretaria de Educação, nas mesmas condições. Explicou que a medida foi tomada antes da convocação do concurso porque não seria justo com os Auxiliares não possibilitar-lhes escolher entre as vagas existentes antes dos novos concursados. Enfatizou que as medidas tomadas visam simplesmente atender às carências de regência de turma existentes na rede. Salientou que o início das atividades de aula no formato de ensino remoto, em certa medida ajuda a minimizar os impactos iniciais desta ação, possibilitando à gestão tempo para os ajustes necessários no sentido de resolução das dificuldades existentes. Há preocupação prioritária em resolver os problemas de carência mas não se pode esquecer das questões orçamentárias: essas questões precisam ser equalizadas. Sobre o distanciamento entre os alunos, vai verificar, mas as informações que possui é que

o protocolo de retorno às atividades presenciais foi construído a algumas mãos, além da Secretaria de Educação. Informou que o protocolo do Governo Estadual servirá de guia e será considerado na revisão do protocolo municipal. Quando este momento ocorrer, será avaliada a ponderação apresentada por Ana Rosa. Neste ponto, deixou claro que será feito sempre o que é correto. Disse que até já viu na mídia ser citado o espaçamento de dois metros. No caso da Secretaria de Educação, serão sempre observadas as orientações da Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária e Epidemiologia do município. Não será colocada em risco a saúde dos profissionais e dos estudantes. Esclarecendo esse ponto, Luís Cláudio, informou que participou dessa discussão com a Secretaria de Saúde, como representante do CME, e que a decisão foi utilizar o distanciamento máximo previsto pela Organização Mundial de Saúde, que aponta o ideal entre um metro e um metro e meio, conforme orientado pela Vigilância Sanitária Municipal. Ana enfatizou que os documentos sempre enfatizam “a partir de um metro” e que isso faz diferença no trabalho das escolas. Na sequência, Felipe colocou como questão de ordem que esperava a apresentação do projeto de gestão educacional para a rede municipal, conforme previsto na pauta. Argumentou que o PME estabelece metas, assim como outras leis, apontando caminhos para a gestão educacional pública e privada, porém neste momento estamos fazendo questionamentos muito específicos sem antes conhecer qual o plano de gestão desta Secretaria para o município de Angra dos Reis. Destacou que a entrevista em andamento tem sua validade mas deveria vir num segundo momento, a partir da apresentação do plano geral que a gestão pretende desenvolver na rede, que inclui a política de inclusão, gestão democrática, valorização dos profissionais de educação. A partir desse Plano é que deveríamos tratar das questões específicas. Respondendo à questão, o Secretário apontou que esse tipo de apresentação não é adequada ao ambiente virtual. Disse que essa apresentação já está pronta e sugeriu que seja agendado local que possa garantir segurança e integridade para realizarmos essa reunião, marcando uma próxima data. Afirmou que as reuniões de que tem participado nos meios virtuais duram de 30 a 40 minutos, justamente pelas limitações dos dispositivos eletrônicos. Complementou afirmando que todas as ações previstas no PME garantem a equidade, porém os resultados educacionais observados na rede municipal apontam para a necessidade de se tomar novos rumos na educação municipal, com providências para que esses rumos aconteçam. Neste momento, o foco tem sido colocar o início do ano letivo para funcionar. Argumentou que normalmente as pessoas não gostam de falar em "ranqueamento", mas que é importante observar que os Anos Finais de nosso município estão em 78º lugar, num total de 92 municípios; os Anos Iniciais estão em 63º. Segundo ele, desqualificar o indicador não é um bom caminho pois temos que pensar o que esses números traduzem para nós que vá além de atendimento educacional, de assistência educacional ao estudante, algo que se reflita em qualidade para o estudante. Nos Anos Finais apontou que há apenas 9% de aproveitamento em Matemática. Afirmou que vários fatores de diferentes ordens, por exemplo de infra, administrativo e de recursos humanos interferem nesses resultados e hoje precisamos corrigir com urgência esses fatores. Diz que estará à disposição do Conselho para o agendamento desta nova reunião. Fabiana mais uma vez enfatizou a necessidade de diálogo com as comunidades tradicionais, destacando que hoje temos quilombolas e indígenas formados em educação do campo. Eliana aponta que o CME pode se constituir também em espaço de diálogo com os diferentes coletivos, lembrando que uma das prioridades apontadas por este Colegiado é a discussão da educação escolar indígena e quilombola no município. Destacou que já há previsão orçamentária no PPA para construção dessas duas escolas. Lembrou que esses debates iniciaram no âmbito do

Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), em diálogo com o CME e que é importante a participação deste Colegiado no processo de elaboração das políticas educacionais da Secretaria de Educação. O PAR está sendo aberto para incluir todas as questões de planejamento da educação no município e, pela primeira vez, possibilita incluir as modalidades educação escolar indígena e quilombola. Precisamos aproveitar esta oportunidade. O Secretário afirmou que está aberto a dialogar com as Comunidades Tradicionais para desenvolver a política de educação diferenciada, reconhecendo que é preciso buscar quem conhece a realidade e que transmite a cultura dessa população, pois o recurso não pode existir sozinho. É fundamental construir um bom projeto pedagógico para essas escolas e não se pode esquecer do amparo jurídico. Disse que já há uma equipe na Secretaria discutindo a elaboração do PAR, que inclui a previsão de construção de creche para educação escolar quilombola e indígena. Sílvia Bittencourt sugeriu que em relação à escola quilombola se inclua os profissionais da escola Áurea Pires da Gama no debate, pois está em território quilombola e teve a iniciativa de discutir seu projeto político-pedagógico com os quilombolas. Destacou ainda que o Ideb é uma avaliação nacional padronizada, homogeneizada, e que não atende às diversidades de nosso município, uma inadequação que já é apontada por várias pesquisas acadêmicas. Sobre a situação dos Auxiliares de Direção, concorda que é preciso atender as turmas, e por isso lutamos pela convocação dos concursados, mas ressaltamos a importância da atuação dos auxiliares de direção nas escolas. Não é possível dar conta das demandas das escolas, nos diferentes turnos, sem esse profissional e citou diversas situações, desde o apoio junto ao estudante, até a atuação nas ações que fazem a escola continuar seu funcionamento cotidiano. Perguntou: sendo chamados os concursados, os Auxiliares voltarão às suas funções? Outra pergunta: sobre gestão democrática, quando será efetivada a eleição de diretores? Reivindicou ainda maior frequência de reuniões entre a Secretaria de Educação e os pedagogos e pedagogas da Rede, destacando que no ano passado elas foram muito escassas e não atenderam as necessidades do grupo. Respondendo às questões, o Secretário disse, sobre a sugestão envolvendo a participação da Aurea Pires na discussão da educação quilombola, que acatava e agradeceu. Sobre o Ideb, disse que discorda e que os resultados apontam que o caminho seguido na educação de Angra não era o mais adequado. Segundo ele, negar o Ideb significa dizer que essa qualidade não chegará ao estudante, que é preciso analisar o que os números dizem, que quando pegamos e colocamos esse dado para discutir, abrimos caminhos para novas possibilidades. Afirmou que não tem problema algum em fazer reunião de pedagogos, mas aponta que estas reuniões trazem pautas que no virtual não funcionam. Propôs que pelo menos a primeira seja presencial e que não vê problema em dar continuidade às reuniões que foram interrompidas. Sobre o processo de consulta para diretores, diz que não entende que deve ser feito de qualquer maneira e que virtualmente não funciona. Entende que os diretores que estão nas unidades de ensino neste momento possuem legitimidade para realizar essa travessia durante a pandemia, junto à sua comunidade escolar, pois não espera que ficaremos por mais um ano no virtual. Ressalta que neste momento é mais importante colocar em ação parâmetros de funcionamento que contribuam para a qualidade, dentre eles aponta a quantidade de escolas que estão sem atendimento nenhum de pedagogos, por conta, inclusive, segundo ele, de amarras administrativas que precisam ser superadas. O movimento de entradas e saídas de pedagogos é semelhante ao de professores. Sr. Alcir destaca que é preciso ter atenção à questão do transporte dos estudantes, pois os outros órgãos não lidam com a segurança. Alertou para o fato de que o carro da Defesa Civil continua rodando a cidade toda aconselhando a população a ficar em casa e respeitar o

isolamento social. Retomou a proposta de fazer a reunião presencial na sede, concordando que virtualmente não é o mais adequado. O Secretário agradeceu e parabenizou o trabalho que vem sendo realizado pelo Conselho de Alimentação Escolar, presidido pelo Sr. Alcir. Ressaltou que a população de Angra é de aproximadamente 250 mil pessoas e que a rede municipal atende a cerca de 24 mil alunos, o que mobiliza uma utilização de transporte público significativa, se considerarmos que para boa parte desses alunos falta autonomia no deslocamento para a escola, mobilizando pelo menos mais um adulto para acompanhá-lo. Esse quadro levou à decisão de não retomar as atividades presenciais neste primeiro momento. Têm sido mantidas conversas com a Saúde e a Epidemiologia para, a partir da observação dos indicadores, se definir o momento certo para avançar para o modelo híbrido e depois presencial na rede municipal. Nesse processo, afirma que a maior preocupação é com a segurança. Afirmou que estão trabalhando para apresentar um modelo de ensino remoto melhor do que o do ano passado. Agradeceu ao Conselho pela oportunidade e disse que está atento às necessidades deste Colegiado, do CAE e da Câmara do Fundeb para que possam cumprir adequadamente sua missão institucional, sendo ponte para que isso aconteça. Disse que pretende construir juntos um novo modelo de educação visando e mirando a qualidade educacional. Sobre a possibilidade de reunião presencial, Luís destaca que a sede do CME não é o espaço mais adequado, pois são muitas pessoas e isso dificulta que se mantenha a distância social adequada. O Secretário disse que têm sido realizadas reuniões no CEA e Defesa Civil e que é possível para CME e Secretaria de Educação organizarem juntos esse encontro. Débora disse que dependendo do número de pessoas, a reunião também pode ser feita na Câmara Municipal. Encerrou-se esse primeiro momento, com a participação do Secretário de Educação, e deu-se continuidade à pauta inicial, apresentada por Eliana, cujo primeiro ponto foi a leitura da ata das reuniões anteriores, aprovadas sem questionamentos. Felipe pediu fala e observou que é importante o CME se posicionar a respeito da fala do Secretário ao dizer que não temos especialistas por exemplo em educação quilombola. Lembrou que além do IEAR/UFF, que fez e continua fazendo pesquisa nas comunidades tradicionais, temos também servidores formados na área: Eliana é uma dessas pessoas. Em relação à argumentação de não ser possível apresentar o plano de gestão da Secretaria em reunião online, destacou que têm ocorrido votações do Congresso, por exemplo, em meio virtual, que nas universidades houve defesa de dissertações e teses ao longo do ano de 2020. Se é possível realizar tais atividades, por que a tecnologia não permitiria a apresentação de um plano de gestão? Considerou positivo o fato de o Secretário se disponibilizar a fazer a apresentação presencialmente, mas lembrou que isso estava previsto para ser feito hoje e que o Secretário recebeu a pauta antecipadamente. Pediu para acrescentar no ofício a ser enviado à Secretaria, para agendamento da reunião, uma solicitação para que seja entregue também uma versão escrita do plano de gestão, de forma a possibilitar consultas a qualquer tempo, por parte dos Conselheiros. Destacou ainda que a Resolução 04 divulgada em fevereiro coloca o retorno dos professores de forma presencial para coordenações pedagógicas em contradição à Resolução 01, que dá autonomia ao diretor para definir a melhor forma de gerenciar as ações neste período. Ressaltou que em Mangaratiba mesmo com o retorno às aulas remotas em fevereiro, os professores tiveram que retornar para coordenações presenciais e um mês depois 13 escolas tiveram que ser fechadas pois seus profissionais testaram positivo para COVID, situação que prejudicou ainda mais os estudantes, pois ficaram impedidos de acessar as atividades impressas que seriam disponibilizadas por essas escolas. Sugeriu que o CME envie ofício solicitando a flexibilização do retorno presencial. Sílvia ponderou que embora não tenhamos dados

oficiais, notícias recebidas de diversos colegas dão conta de que em nossa rede também há profissionais testando positivo após o retorno presencial. Felipe concorda e solicita então que em lugar de flexibilizar deve ser solicitada a revogação do artigo que trata desse retorno, mantendo as coordenações virtuais, como acontecia no ano passado. Ricardo menciona a questão do RTI, pois os docentes II apenas recebem hoje pelos tempos trabalhados, sendo impedidos de receberem as horas de coordenação para planejamento dessas aulas extras que vier a ministrar. Discute-se que isso também está relacionado à questão da qualidade da educação e decidiu-se por incluir no ofício. Eliana falou sobre a importância dos conselheiros preencherem a atualização do cadastro pelo Formulário Google, a partir do link que foi disponibilizado no grupo de Whatsapp, informando que ainda temos vários membros que não o fizeram. Ao final do formulário é preciso fazer a opção por uma das Câmaras. Ressaltou que a Câmara do Fundeb possui composição específica, definida em normas próprias, e que só será possível optar por Legislação e Normas ou Educação Básica. A opção referente à Câmara do Fundeb deve ser marcada apenas por quem já a compõe. Para orientar a escolha, principalmente pelos novos membros, Luís explicou rapidamente o papel de cada uma delas, destacando que tanto os titulares quanto seus suplentes podem compor as Câmaras. Felipe sugeriu que seja estudada uma forma de garantir a participação efetiva dos membros servidores, por meio da liberação durante o período de reuniões, diligências ou visitas técnicas. Luís sugere que a alternativa seja pensada de forma a atender a todos os conselheiros, servidores públicos ou não. Eliana faz uma breve avaliação da reunião, indicando que não atendemos à pauta proposta e destacando que nós, conselheiros, precisamos estar atentos aos encaminhamentos realizados para fazê-los acontecerem. Elisa afirma que esperava mais dessa reunião e que não viu serem atendidas as respostas às necessidades observadas. Enfatiza que o Conselho realmente deve se fazer presente e ativo, não se deixando engolir como aconteceu na regulamentação do retorno presencial das escolas particulares, quando Luís esteve na reunião apenas como convidado. Precisamos mostrar a que viemos e o que somos nessa sociedade. Silvia Bitencourt concorda que é importante ter respaldo para as ações dentro do Conselho e que uma declaração de participação nas atividades é fundamental. Eliana diz que o CME hoje não é uma unidade administrativa e que considera importante que ele seja; que possui autonomia para publicar resoluções e normas, mas não tem gerência no administrativo da rede e das escolas. Ana Rosa solicitou que seja revisto o tempo de duração de nossas reuniões, de forma que não sejam tão extensas. Se necessário, que sejam agendados diferentes momentos e que a duração máxima seja de duas horas e meia. Na sequência, Ana Rosa e Elisa fizeram o repasse da reunião com as escolas particulares. Ana explicou que as escolas demonstraram preocupação em participar da construção da deliberação que será feita para regulamentar o retorno presencial da Educação Infantil no município. As escolas também apresentaram a forma como estão retornando, seus acertos e angústias. Enfatizaram que é preciso construir documento que atenda suas necessidades, mas respeitando os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades municipais. Elisa ressaltou que é importante registrar as necessidades e chegar a um consenso comum sobre esses protocolos. Disse que o Conselho mostrou as falhas observadas na legislação publicada e que algumas coisas precisam ser amarradas. As escolas desejam fazer parte dessa discussão. As escolas que já voltaram puderam perceber que há algumas situações que não condizem com o que está escrito na legislação publicada e isso precisa ser observado. Todas as escolas em Angra, com exceção do Ceduc, não têm prédio próprio planejado para ser escola, possuem prédios adaptados e certas limitações, por exemplo, em relação à exigência de 1m entre os estudantes. É

preciso analisar e adequar o que é importante tanto para as escolas públicas quanto para as escolas privadas, é preciso que haja a mesma consideração e respeito na pública que é colocado na escola privada. A fiscalização e a cobrança devem ser iguais. Encaminhamentos finais: ofício agendando reunião presencial para apresentação do plano de gestão da secretaria de educação e solicitando envio do plano de forma impressa, bem como também ressaltar a importância de se garantir a remuneração do tempo de planejamento do Docente II por meio do RTI, a necessidade de revogar o artigo da Resolução SEC nº 04/2021 que aponta retorno presencial para as coordenações pedagógicas; agendamento de reunião da Câmara de Legislação e Normas para discutir deliberação que regulamenta o retorno presencial da educação infantil, a partir das escolas privadas, realização de visitas para também orientar e avaliar como isso vem se dando nas escolas particulares; próxima reunião da Câmara de Legislação e normas será na segunda-feira, dia 08/03, com a pauta: deliberação para 2021 e autorização de funcionamento para duas escolas privadas. Para essa reunião. Luis destaca que para analisar processos de autorização é difícil pensar em reunião virtual, pois não há como escanear toda a pasta de documentos e que sendo número menor de pessoas, pode-se agendar na sede do Conselho. Encerrando a reunião, Fabiana Ramos se despediu de sua atuação no Conselho e recebeu o agradecimento dos presentes, na fala do Presidente Luís Cláudio. Sem mais a ser discutido, encerrou-se a reunião.

Aprovada em 13.04.21